

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007

Dispõe sobre a comunicação audiovisual social eletrônica de acesso condicionado e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA (Do Sr. Gustavo Fruet)

Inclua-se o parágrafo único ao Art. 7º:

Art. 7º -----

Parágrafo único. Caso uma empresa, do mesmo grupo econômico e/ou empresas controladas, controladoras, coligadas, mediante encadeamento societário ou por qualquer outro meio indireto, inclusive por relação contratual, participe em mais de uma atividade descrita no artigo 4º, incisos I a IV, deverá tratar empresas não pertencentes a tal grupo de forma isonômica no que diz respeito ao acesso à sua distribuição e ao preço efetivamente praticado, sendo vedada a discriminação por qualquer forma à distribuição de conteúdos produzidos por produtora nacional independente ou programados por programadora nacional independente.

JUSTIFICATIVA

O mercado de televisão por assinatura no Brasil e no exterior é bastante verticalizado, sendo necessário o estabelecimento de regras em prol da competição, restringindo o monopólio da distribuição e do conteúdo, visando o tratamento isonômico a todos os *players* do mercado.

Deste modo, visa-se a garantia da multiplicidade e diversidade na produção, programação, empacotamento e distribuição de conteúdo audiovisual. Garante-

se a ampliação e desconcentração do mercado interno, com geração de maior diversidade de informação e entretenimento para a população.

A inclusão do parágrafo único no artigo 7º do Substitutivo ao Projeto de Lei tem a finalidade de evitar que um grupo verticalizado pertencente à cadeia de valor da televisão por assinatura dê prioridade na distribuição aos conteúdos produzidos por empresas de tal grupo, bem como evitar que conteúdos relevantes sejam distribuídos somente pelo grupo econômico da produtora, de modo a (i) dar acesso isonômico às produtoras para distribuição de conteúdo e (ii) dar acesso isonômico a conteúdos nacionais para as distribuidoras.

Tem, ainda, a finalidade de impedir que um grupo verticalizado, ao contratar com programadores não pertencentes ao seu grupo, imponha condições ao programador nacional de forma discriminatória, no que tange ao acesso à todos os pacotes distribuídos e não somente aos mais caros ou aos canais *à la carte*, bem como imponha remunerações muito inferiores àquelas praticadas para remunerar canais produzidos no próprio grupo econômico.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Gustavo Fruet